Carmen Balesteros (1961-2013)

no encalço de uma Arqueologia Judaica

Beatriz da Silva Felício[a,@]

[a]CHAIA – Universidade de Évora
[@]Contacto: bearavsf@gmail.com

Resumo

Carmen Balesteros (1961-2013) foi professora, investigadora e arqueóloga, focando a sua investigação nos estudos judaicos. Averiguando os vestígios materiais dos judeus sefarditas em Portugal e na raia espanhola, Balesteros procurou conceptualizar uma arqueologia especificamente judaica no contexto português e numa escala ibérica. Passada uma década do seu falecimento, o presente texto visa averiguar o seu contributo e legado científico, enquadrando-o no advento de uma arqueologia dedicada particularmente às materialidades judaicas e nas preocupações presentes desta área de estudos.

Palavras-chave

Carmen Balesteros | Arqueologia Judaica | História da Arqueologia | Estudos Judaicos

Abstract

Carmen Balesteros (1961-2013) was a teacher, professor, researcher and archaeologist, focusing her research on Jewish Studies. Dwelling on the material traces of sefardi Jews in Portugal and the Spanish frontier, Balesteros aimed to conceptualize an archaeology that was specifically Jewish in a Portuguese contexto and in na Iberian scale. A decade after her passing, this text intends to ascertain her contribute and scientific legacy, framing it in the advent of an archaeology particularly dedicated to Jewish materialities and in the present-day concerns of this area of studies.

Keywords

Carmen Balesteros | Jewish Archaeology | History of Archaeology | Jewish Studies

Carmen Dolores Pirra Balesteros nasceu em Evoramonte, no concelho de Estremoz, a 26 de abril de 1961. Em 1985, licenciou-se em Ensino de História e Ciências Sociais na Universidade de Évora, tendo lecionado na Escola Secundária Gabriel Pereira, na mesma cidade. Participou em escavações arqueológicas, demonstrando interesse pelos vestígios materiais judaicos. Na década de 1990, deu continuidade à sua formação, obtendo o grau de mestre em História das Civilizações Pré-Clássicas pela Universidade Nova de Lisboa. Tornou-se docente do Departamento de História da Universidade de Évora, lecionando cadeiras de História Pré-Clássica e Medieval e especializando-se na história e arqueologia dos Judeus. Nesta área, deixaria incompleta, aquando do seu falecimento, uma tese de Doutoramento dedicada ao património judaico português. Professora, investigadora e arqueóloga, faleceu em 2013, deixando um notável legado científico para os Estudos Judaicos, particularmente no campo da arqueologia judaica. Passada já uma década do seu falecimento, é sobre este legado que me venho debruçar, procurando averiguar o contributo de Balesteros para a conceção de uma arqueologia judaica em Portugal e refletir sobre a evolução da definição e conhecimento desta área disciplinar nos últimos dez anos.

Figura 1. Carmen Balesteros na escavação da Sinagoga Medieval de Valência de Alcântara – Cáceres.

Fonte: Espólio Fotográfico de Carmen Balesteros, Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Universidade de Évora.

Travei conhecimento com Balesteros apenas indiretamente, quando, em 2019, ingressei na licenciatura em História e Arqueologia da Universidade de Évora. Um conhecimento póstumo, mas indubitavelmente marcante. Foi durante esse primeiro ciclo de estudos que, pelo interesse demonstrado pela história judaica, me foi proposta a colaboração na organização do espólio científico deixado por Balesteros no Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, sob orientação do Professor Doutor Jorge de Oliveira. Nesse sentido, cabe-me deixar um agradecimento ao orientador deste projeto, tal como às colegas da licenciatura de História e Arqueologia que, diligentemente, comigo colaboraram no seu decorrer – Magda Silva, Catarina Espírito Santo e Marisa Postiço Nico. Tratou-se de um trabalho de inventariação, digitalização e acondicionamento de um espólio documental e fotográfico, levado a cabo ao longo de três anos e do qual resulta o presente texto. Mais do que uma homenagem – inegavelmente merecida -, segue-se uma reflexão sobre o contributo de Carmen Balesteros, sobre o contexto científico em que se enquadrou, a inovação que lhe conferiu e o lugar que ocupa ou poderá ocupar no paradigma atual.

1. Que Arqueologia Judaica?

O interesse pelos vestígios materiais judaicos do passado é transversal a espaços e cronologias. Porém, a conceção de uma arqueologia judaica é mais complexa, com investigadores a debaterem os seus objetos de estudo, metodologias e delimitações geográficas e cronológicas.

No século XX, acentua-se o destaque destas materialidades no entendimento da história e da arqueologia - disciplinas que se vêm em desenvolvimento desde a centúria anterior -, quer pelo seu interesse intrínseco, quer pelo seu enquadramento. Trata-se, afinal, da época em que o impacto dos *Annales* se fazia sentir na historiografia ocidental, despertando a especialização disciplinar e o estudo do papel dos grupos minoritários. Neste contexto, as materialidades judaicas tornam-se particularmente aliciantes para a Antiguidade Clássica e Pré-clássica. Tal evidencia-se na academia francesa e anglófona, mas o exemplo mais patente da

valorização da arqueologia para o estudo de um passado especificamente judaico surge através do sionismo. Os vestígios arqueológicos tornaram-se, na década de 1960, símbolos de um estado israelita, com uma investigação seletiva "*primarily interested in studying thye history of jewish settlement and culture in the region*" (Trigger, 2008: 273). Assim, evidenciam-se desde cedo sensibilidades políticas, culturais e religiosas de um património arqueológico associado ao passado judaico.

Nas décadas seguintes, linhas de investigação relacionadas com os estudos judaicos aprofundam-se, com o surgimento de obras que até hoje se mantêm de referência. Veja-se, por exemplo, o caso de *Synagogues of Europe*, de Carol Krinsky (Krinsky, 1996).

A Península Ibérica não ficou periférica a este paradigma, salientando-se o passado partilhado por judeus sefarditas, marcado por períodos de tolerância, perseguição ou expulsão, com conjunturas que variaram entre tempos e reinos, que motivaram o interesse por este campo de estudos. Em Espanha, já no século XIX se estudavam vestígios desse passado, especialmente lápides de inscrições hebraicas. Ao longo do século XX, multiplicam-se as intervenções em espaços de antiga ocupação judaica; mas é na década de 1980 que este interesse começa a refletir sobre si mesmo – começa a falar-se numa arqueologia judaica.

Em 1986, Casanovas Miró publica "Arqueologia Judía Medieval en la Península Ibérica" que, pelo título, reconhece ser possível falar numa arqueologia especificamente judaica, medieval e ibérica. Considera-a um ramo da arqueologia medieval (Miró, 1986: 46), tendo como objeto de estudo judiarias, sinagogas, banhos rituais e cemitérios judaicos, e aponta a importância da interdisciplinaridade, aliando a arqueologia à história, arquivística e à museologia. Aliás, a conservação é central na perspetiva do autor, que destaca o Museo Sefardi de Toledo (Miró, 1986: 47-51). Este espaço, escavado na década de 1960, demonstra não apenas o crescente interesse da arqueologia pela exploração de espaços e vestígios judaicos, como também pela sua musealização e patrimonialização.

Na década de 1990, o *Curso de Cultura Hispano Judía y Sefardi de la Universidad de Castilla la Mancha* demonstra que a área ganhara importância, dedicando a sua VII edição ao "Lgado Material Hispanojudío". No *Curso*, Ricardo Izquierdo Benito conceptualiza uma *Arqueologia Hispanojudía*. Propõe tratar-se de um ramo da Arqueologia que estuda as materialidades de sociedades judaicas do passado espanhol, as quais não têm necessariamente de advir de uma escavação (Izquierdo Benito, 1998: 265). O problema, porém, será definir aquilo que se entende por cultura material judaica. Para Izquierdo Benito, esta surge apenas no contexto religioso, uma vez que, ao longo da história, os judeus terão participado na cultura material quotidiana do grupo dominante, adaptando-a aos seus usos. Não obstante, séculos de perseguição resultaram na destruição dessas materialidades, especialmente dos bens móveis, levando à centralidade dos vestígios imóveis do judaísmo – sinagogas, cemitérios, banhos rituais, fornos e carniçarias (Izquierdo Benito, 1998: 274). Paralelamente, menciona uma questão até então desconsiderada – as marcas das *mezuzot*, que conferem um carácter judaico ao edifício em que foram gravadas (Izquierdo Benito, 1998: 284).

O autor reflete também sobre a metodologia e cronologia de estudo da disciplina. Ressalta a importância do cruzamento da documentação escrita com os vestígios materiais, mas refere a necessidade de uma formação especializada, de conhecimentos sobre a religião e cultura(s) do judaísmo e da língua hebraica (Izquierdo Benito, 1998: 274). Introduz ainda um preceito central – uma investigação enquadra-se na arqueologia judaica apenas se os trabalhos arqueológicos forem planificados e sistemáticos. Portanto, uma intervenção de emergência ou um achado casual não se enquadrarão neste âmbito (Izquierdo Benito, 1998: 290). Cronologicamente, aponta para o âmbito da arqueologia medieval, mas, paradoxalmente, considera que o principal objetivo das investigações na área será averiguar a fixação dos primeiros judeus na Península Ibérica (Izquierdo Benito, 1998: 270). Isto não só remete para uma cronologia (pelo menos) romana, como também para um espaço Ibérico, e não apenas espanhol.

Por fim, e tal como Casanovas Miró, destaca estes vestígios enquanto património a musealizar, elogiando o Museo Sefardi de Toledo (Izquierdo Benito, 1998: 288), que parece surgir como modelo.

Efetivamente, nos últimos anos, o estudo, conservação e musealização do património judaico evidencia-se no território espanhol em projetos, congressos, publicações e investigações de diversos âmbitos, destacando-se a *Red de Juderias de España*. Todavia, Izquierdo Benito afirma que "*un hecho incuestionable es que la*

arqueología judía apenas se ha practicado en nuestro país", a Espanha, pelo menos com os contornos que define para a disciplina (Izquierdo Benito, 1998: 267) - o conceito de "hispanojudío" indica-o, desde logo. Ora, considerando o caso português, devo questionar esta afirmação.

Em Portugal, estudos sobre judeus e cristãos-novos tornam-se possíveis a partir do século XVIII, multiplicando-se em finais de oitocentos. O interesse por vestígios materiais judaicos surge nas últimas décadas do século XIX, no âmbito do colecionismo, mas a história dos judeus estrutura-se especialmente a partir da primeira república. Na primeira metade de novecentos, destaca-se um nome - Samuel Schwarz (1880-1953). Engenheiro de minas polaco chegado a Portugal no contexto da Primeira Guerra Mundial, publica, na década de 1920, *As Inscrições Hebraicas em Portugal* (Schwarz, 1923) e *Os Cristãos-Novos em Portugal* (Schwarz, 1925), recuperando costumes de comunidades marranas que permaneciam nas Beiras. O enquadramento editorial dos textos na revista *Arqueologia e História*, e ainda que a segunda obra se foque na cultura imaterial, revela o interesse da arqueologia portuguesa pelas comunidades sefarditas, especialmente nas suas manifestações identitárias.

Já no início da década de 1920, a Associação dos Arqueólogos Portugueses havia descoberto o espaço da sinagoga medieval de Tomar, o qual Schwarz adquire com o intuito de restaurar o imóvel. Em 1939, doa-o ao Estado português, juntamente com a biblioteca que havia reunido, com a condição de aí se instalar um museu. Tal ocorre com múltiplas obras ao longo da década de 1940, que incluíram a compra do edifício anexo (Freitas, 2015: *Sinagoga de Tomar*). Assim, verifica-se um interesse estatal em preservar este património, que afinal pertenceria a uma minoria intolerada durante séculos, de credo exterior à religião oficial.

É, porém, com a democratização que a liberdade de culto se generaliza e que o estudo de vestígios judaicos aumenta. Então, Salete la Ponte e Maria Fernanda Lapa levam a cabo escavações arqueológicas na sinagoga de Tomar. Os trabalhos de 1985 advêm de intervenções de emergência, mas, em 1989, têm a sua "*sequência lógica*" (Lapa, 1989: 75), com escavações sistemáticas. Simultaneamente, os trabalhos de La Ponte revelaram-se interdisciplinares, considerando fontes escritas e possibilidades da musealização, e conectados, analisando sinagogas sefarditas israelitas e especificamente a obra de Krinsky, para compreender o espaço que então trabalhava (Lapa, 1989: 75).

Vivia-se um período de desenvolvimento da arqueologia e, igualmente, dos estudos judaicos. Nesta altura, surge a *Rede de Judiarias de Portugal*, multiplicam-se trabalhos sobre os judeus portugueses, destacando-se a produção científica de Maria José Ferro Tavares, e as instituições interessam-se pelo passado da minoria, como demonstra a *Cátedra de Estudos Alberto Benvenistes*. Mas não se falava de uma arqueologia especificamente judaica, sendo Carmen Balesteros a primeira, em Portugal, a enquadrar a sua investigação nesse âmbito.

2. O contributo de Balesteros

Corria o ano de 1987 quando Carmen Balesteros inicia, com Jorge de Oliveira, os trabalhos arqueológicos num edifício de Castelo de Vide que passa a ser designado como sinagoga medieval. Tratava-se de uma intervenção de emergência, incentivada pela autarquia e integrada no projeto *SEVER*, da responsabilidade de Oliveira (Balesteros e Oliveira, 1994: 129). Já a memória local chamava a atenção para este imóvel enquanto templo e escola (*midrash*) judaicas, que possuiria um armário incrustado numa das paredes do primeiro piso, um "Tabernáculo" indicador de um eventual *Aron Kodesh*, e um poço subterrâneo que abasteceria de água os rituais judaicos. Os trabalhos revelaram o denominado "Tabernáculo" e observaram uma marca de *mezuzah* num dos acessos ao piso térreo, mas não foi encontrado o dito poço, apenas silos de armazenamento, sem um espólio ou uma métrica estrutural que apontasse especificamente para rituais judaicos (Balesteros e Oliveira, 1994: 129). Na verdade, os trabalhos levantaram uma série de questões e evidenciaram a dificuldade do estudo de vestígios materiais judaicos, nomeadamente sinagogas, que,

além da destruição pelas gentes e pelo tempo, serão de difícil abordagem pela sua conceptualização. Uma reunião *em sinagoga* não exigiria um edifício construído de raiz para a realização de orações ou práticas jurídico-administrativas, com grande parte das comunidades peninsulares a adaptar edifícios habitacionais para o efeito. Os autores apontaram para a probabilidade de o imóvel de Castelo de Vide ter funcionado como templo (Balesteros e Oliveira, 1994: 139); possibilidade essa que, até hoje, não foi confirmada nem descartada. Não obstante, estes trabalhos potencializaram e deram continuidade à investigação.

Figura 2. Tabernáculo da possível Sinagoga Medieval de Castelo de Vide.

Fonte: Espólio Fotográfico de Carmen Balesteros, Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Universidade de Évora.

Já em 1996, Balesteros vê aprovado pelo IPPAR e pelo IPA o projeto *Arqueologia Judaica no Sul de Portugal*, apoiado pela Câmara Municipal de Évora e pelo Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira. A partir deste, é escavada a sinagoga medieval de Évora, no jardim do nº 18 da atual Travessa do Barão. É a primeira sinagoga portuguesa cuja escavação não adveio de uma intervenção de emergência, mas sim de um projeto de investigação dedicado à cultura material judaica. O projeto incluiu a participação de estudantes da licenciatura em História e Arqueologia da Universidade de Évora, conseguindo igualmente apoio da Escola Secundária Gabriel Pereira, contando com um substrato didático e visando a divulgação do espaço na comunidade eborense. Estes trabalhos geram diversos resultados, nomeadamente a proposta de uma métrica padrão para as sinagogas sefarditas (Balesteros, 2004: 206), complementando o trabalho de Carol Krinsky na definição de estruturas sinagogais construídas de raiz para o efeito.

A partir destas intervenções arqueológicas no templo eborense, Balesteros estende o seu objeto de estudo a todo o bairro judaico, cruzando os materiais recolhidos na Travessa do Barão com documentação municipal e eclesiástica remontante aos séculos XV e XVI. Esta abordagem leva-a a propor uma nova composição e perímetro para um bairro que, na verdade, havia apenas sido brevemente tratado por Maria José Ferro Tavares. Divergindo de Ferro Tavares, Balesteros crê na existência de apenas uma sinagoga - e não duas, como a historiadora havia proposto -, que se viu alargada no século XV, crendo também numa área bastante superior à anteriormente estimada para a judiaria (Balesteros, 2004: 202-204).

Não obstante, os estudos de Balesteros foram além do território português, englobando também a Extremadura espanhola, como demonstra o seu envolvimento no projeto *Red de Juderías* e a escavação da

sinagoga medieval de Valência de Alcântara, efetuada com apoio do governo regional da Extremadura e com fundos europeus nos primeiros anos da década de 1990 (Balesteros e Oliveira, 1993: 115). Esta extensão à raia espanhola vem sedimentar-se com a aprovação, pelo IPAR, em 1998, do projeto *AJP – Arqueologia Judaica em Portugal*. Este visava a levantar e estudar testemunhos materiais e documentais de judiarias e sinagogas, incluindo a sinagoga medieval de Évora e a sinagoga medieval de Castelo de Vide (Balesteros, 2004: 201), levantar marcas de simbologia religiosa e dar continuidade às intervenções arqueológicas, salientando-se novos trabalhos na sinagoga de Valência de Alcântara. A abrangência geográfica do projeto era extensa, englobando o Alentejo, as Beiras e a Extremadura espanhola.

Foi no processo de concretização dos objetivos do projeto que Balesteros se dedicou à conceptualização da arqueologia judaica. Influenciada por Izquierdo Benito, procurou definir a disciplina, propondo que "*a arqueologia judaica estuda todos os testemunhos materiais da presença de judeus num contexto determinado de espaço e tempo*", englobando vestígios de "*comunidades judaicas ou cripto-judaicas no contexto de comunidades mais vastas como a romana, a visigótica, a islâmica e a cristã*" (Balesteros, 2000: 133), os quais devem ser analisados numa escala ibérica. Cronologicamente, não enquadra a área numa época específica, considerando quer os primeiros testemunhos do judaísmo na Península Ibérica, quer a contemporaneidade (Balesteros, 2000: 132). Tal como Izquierdo Benito, reflete sobre os problemas do estudo da cultura material judaica e a destruição de que foi alvo, especialmente os bens móveis (Balesteros, 2013: 134). Porém, o seu foco em vestígios cristãos-novos e cripto-judaicos revela a adaptação dos preceitos da arqueologia *Hispanojudía* ao contexto português. Recordo que, em Castela e Aragão, a expulsão dos judeus não originou ondas de conversão forçada, ao contrário de Portugal. Portanto, a conversão e a cristã-novice afetaram as comunidades portuguesas de forma mais marcante, especialmente no âmbito do criptojudaísmo e da forma como a religião de Moisés foi perseguida.

Paralelamente, a autora destaca estudos de caso enquanto caminho para o desenvolvimento sistemático desta linha de investigação. A sua metodologia passaria por estudos locais, análise de documentação escrita, dados toponímicos e de tradição oral, em cruzamento com vestígios materiais (Balesteros, 2013: 168). Salienta como objetos de estudo específicos sinagogas, judiarias e cemitérios. Controversamente, enuncia também as marcas mágico-religiosas como vestígios do cripto-judaísmo ou da cristã-novisse, ora enquanto marcas de adesão ao novo culto cristão, ora como forma de cristianização de espaços outrora judaicos (Balesteros, 1997: 167). Todavia, e pela relatividade de tais vestígios, este elemento da sua investigação foi controverso. Maria José Ferro Tavares, por exemplo, considera a interpretação de Balesteros "*muito discutível e sem fundamento histórico comprovado, pois o sinal da cruz nos seus diversos formatos pode querer identificar, a marca do senhorio eclesiástico; um sinal de pedreiro como tanta outras siglas de artesãos; ou ter sido usado como um signo mágico-religioso de proteção*" (Tavares, 2017: 226-227). Tal como eventuais espaços sinagogais não construídos de raiz, as marcas mágico-religiosas revelam-se um património ambíguo, cujo enquadramento na história e arqueologia judaicas varia entre interpretações. Na verdade, sublinha mais uma vez as dificuldades e preocupações dos estudos judaicos.

Figura 3. Cruciforme em Linhares da Beira.

Fonte: Espólio Fotográfico de Carmen Balesteros, Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Universidade de Évora.

Balesteros alegou igualmente a fragilidade da investigação portuguesa. Menciona a falta de sistematização dos estudos, mais tardios em Portugal que na vizinha Espanha, a ausência de escavações de contextos funerários ou banhos rituais, o foco exclusivo nas inscrições hebraicas, o desinteresse pelas judiarias enquanto espaços de habitação, a escassa musealização... Assim, e ainda que em Portugal estivessem já musealizados os espaços da sinagoga medieval de Tomar e da sinagoga medieval de Castelo de Vide, "*em Espanha existe quer um maior número de antigas sinagogas identificadas e musealizadas ou de vista pública possível*" (Balesteros, 2013: 244). É precisamente no preenchimento destas lacunas que Carmen enquadrou os seus projetos.

Saliento ainda o reconhecimento institucional da arqueologia judaica e da sua transmissão a novas gerações de arqueólogos, particularmente na Universidade de Évora. Caso singular no ensino superior português, a variante de Arqueologia da licenciatura em História da Universidade de Évora ofereceu a cadeira de Arqueologia Judaica, da qual Balesteros esteve encarregue, no ano letivo 2004-2005 (Fernandes, 2005: 164).

Figura 4. Balesteros em sala de aula da Universidade de Évora.

Fonte: Espólio Fotográfico de Carmen Balesteros, Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Universidade de Évora.

Carmen Balesteros fez provar que haveria não só uma arqueologia especificamente judaica, como uma arqueologia judaica especificamente portuguesa, não obstante a necessidade de colaboração e análise a uma escala ibérica. Com uma perspetiva interdisciplinar, que nem sempre gerou concordância na comunidade académica, salientou a necessidade de investigação e patrimonialização do passado judaico e dos seus vestígios materiais, conseguindo o seu reconhecimento institucional. Se esta arqueóloga se enquadra numa geração de proliferação dos estudos judaicos a nível internacional, a verdade é que o seu contributo foi dotado de originalidade, precursor no paradigma português.

3. Balanços e prognósticos

Enveredando por uma reflexão sobre o estado da arte da Arqueologia Judaica do Portugal na última década, é tentador fazer um balanço fatalista. O trabalho de Balesteros teve pouca continuidade no seu contexto, com poucos projetos e eventos científicos a debruçar-se sobre uma arqueologia especificamente judaica. Na academia, a autora não deixou uma escola sedimentada, com pouco interesse das novas gerações de investigadores. Na verdade, os planos de estudos não são a isso convidativos. Em 2005, pelos preceitos da reforma de Bolonha, a Unidade Curricular de Arqueologia Judaica na Universidade de Évora deixou de funcionar.

Não significa isto que os estudos judaicos tenham cessado em Portugal. Nomes como Filomena Barros, François Soyer ou Saúl António Gomes deram continuidade ao estudo das comunidades judaicas no contexto peninsular nas últimas décadas, com abordagens cada vez mais abrangentes a nível temático, geográfico e cronológico. Eventos como os anuais *Diálogos Luso-Sefarditas* vêm divulgar e incentivar a produção de conhecimento sobre a presença judaica e cristã-nova no espaço lusófono. O recente falecimento de Filomena Barros deixou, porém, uma lacuna nesta área de estudos, que se estende aos estudos islâmicos. Genericamente, as abordagens arqueológicas parecem ser pouco focais nos estudos históricos dos vestígios

materiais judaicos, vistas mais como uma metodologia auxiliar do que como uma via de conhecimento de valor intrínseco. Os trabalhos de Balesteros foram, aliás, considerados no âmbito da História da Arte, para o entendimento artístico das sinagogas peninsulares (Afonso, 2016: 110), e da História Urbana, no contexto das judiarias portuguesas, com autores como Luísa Trindade a considerá-los fundamentais para o entendimento do urbanismo medieval (Trindade, 2006: 35). Em suma, o conhecimento tornou-se cada vez mais interdisciplinar, enveredando por temáticas inovadoras e tomando novas perspetivas. Mas, nesse contexto, as propostas de desenvolvimento teórico e metodológico de uma arqueologia especificamente judaica não parecem ter repercussão.

Verificou-se o crescente valor precisamente do objeto de estudo da arqueologia judaica - as materialidades dos judeus do passado. Disso são, em Portugal, reflexo iniciativas como o Museu Judaico de Lisboa ou o interesse do público pelo património judaico de localidades como Castelo de Vide, Tomar ou Belmonte, aproveitados do ponto de vista turístico e com um interesse quer cultural, quer religioso. Em Castelo de Vide foi, recentemente, identificado um tanque de estrutura singular na Rua da Judiaria, associado a um possível *mikvá* medieval, interpretação que aguarda ainda confirmação, mas cuja descoberta captou a atenção da comunicação social, reafirmando o interesse do público pelos vestígios judaicos e o papel da arqueologia na sua identificação, estudo e divulgação.

Internacionalmente, este interesse mantém-se, mas o paradigma de investigação difere. Os trabalhos arqueológicos têm sido fundamentais na descoberta de novas informações acerca de comunidades judaicas, integrando cada vez mais as novas tecnologias e a interdisciplinaridade. Os contextos funerários medievais, por exemplo, têm-se revelado frutíferos, com análises de ADN a contribuir para o entendimento e reconstituição das realidades quotidianas da minoria (Waldman et al, 2022). Não obstante, estes trabalhos não falam de nem se enquadram numa arqueologia judaica e é em torno de outras questões teóricas e metodológicas que se debruçam os investigadores.

Em 2007, o *Curso de Cultura Hispanojudía y Sefardi* realiza-se no museu de Toledo. Uma década depois, em 2017, publica-se uma obra relativamente ao mesmo - *Una Sefarad Inventada*. Parece haver, desde a década de 1990, um aumento de vestígios judaicos identificados e divulgados, com definitiva importância do ponto de vista cultural e turístico. Se, em finais do século XX, se salientava a necessidade de mais estudos e buscas por estes vestígios e a necessidade de os patrimonializar, a obra coordenada por Javier Castaño levanta questões acerca da interpretação, patrimonialização e autenticidade deste património. Releve-se que, para este aumento de património judaico contribuíram intervenções arqueológicas não motivadas por projetos de investigação no ramo da arqueologia judaica. Assim, e contrariamente ao defendido pelos arqueólogos ibéricos do século XX, os investigadores parecem concordar que "*el conocimiento, aún limitado, de la cultura material de los judíos se ha beneficiado, en buena medida, del desarrollo de las excavaciones preventivas*" (Castaño, 2017: 13). Porém, o papel da arqueologia é defendido numa outra perspetiva - enquanto disciplina autónoma, importante num contexto interdisciplinar, mas que não deve estar sujeita a um serviço auxiliar da história e da arquivística.

Em suma, a última década de estudos sobre vestígios materiais judaicos na Península Ibérica parece não ter particular interesse numa arqueologia especificamente judaica, centrando não a disciplina, mas o seu objeto de estudo - as materialidades sefarditas. Destacando o contributo da arqueologia e defendendo a sua colaboração num paradigma de investigação que se quer interdisciplinar, as mais recentes questões não parecem focar-se tanto na definição metodológica e teórica de um ramo específico da arqueologia, mas sim nos novos problemas levantados por um património mais extenso, mais central no espaço público e para o estudo do qual novas estratégias, disciplinas e metodologias parecem contribuir.

Note-se que o único contributo português para a obra acima citada foi o de Maria José Ferro Tavares, com o capítulo "A Presença Judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita". Enquadrando-se nos princípios teóricos da obra, a autora destaca a necessidade de colaboração entre historiadores e arqueólogos. Afirma que "*o turismo cultural certamente teria a ganhar se os dois campos não se olhassem como antagonistas e juntos fizessem renascer das cinzas a história de um passado que é de todos*" (Tavares, 2017: 282-283). Mas será, afinal, o turismo cultural a finalidade central - se não

única - da investigação?

A atualidade parece, portanto, ter novos problemas sobre os quais se debruçar. Cada vez mais interdisciplinar, a arqueologia preocupa-se mais em afirmar as suas possibilidades e importância que em circunscrever-se a questões temáticas. Por outro lado, surge a necessidade de reavaliar a interpretação e a divulgação dos vestígios judaicos, mais que definir metodologicamente o seu estudo, sendo a sua patrimonialização não um desejo, mas um objetivo. Patrimonialização essa que levanta ainda novas questões acerca da autenticidade e legitimidade do património judaico. Proponho, porém, que uma reconsideração dos preceitos teóricos e metodológicos da disciplina possa contribuir para responder aos desafios do presente.

Em Portugal, e desde o falecimento de Balesteros, estas questões parecem não ser profundamente trabalhadas. Assim, denota-se a desertificação do campo de estudos das materialidades dos judeus portugueses, salientando-se a necessidade de estes serem trabalhados em novos contextos e em associação entre o ensino superior e o espaço público. O interesse cultural e turístico, certamente positivo, deverá ser acompanhado por novas reflexões sobre o significado dos seus patrimónios.

O maior contributo de Carmen Balesteros parece ter sido, sem dúvida, o impulso dado à investigação de materialidades judaicas - muitas delas divulgadas e musealizadas na atualidade -, servindo de base para investigações posteriores. Note-se que estas materialidades haviam então sofrido com séculos de destruição, muitas deixadas ao abandono, em risco de iminente desaparecimento. Semelhantemente a Schwarz, Balesteros deu visibilidade a um rico património, permitindo a sua preservação nas décadas seguintes; património esse que se poderá dizer frágil, controverso, mas de extrema importância.

Paralelamente, foi determinante a sua reflexão sobre aquilo em que consistiria uma arqueologia judaica, estabelecendo preceitos teóricos e metodológicos para a sua investigação e para outras vindouras. Forneceu, assim, uma base prática e teórica para aqueles que se debruçam sobre os estudos judaicos em Portugal. A reconsideração da obra de Carmen Balesteros na década de 2020, a reabertura de um debate sobre o que significa trabalhar vestígios sefarditas e o lançamento de hipóteses quanto às novas formas de tratamento e interpretação dos mesmos parecem-me, portanto, possibilidades tanto pertinentes quanto necessárias ao desenvolvimento da academia portuguesa.

4. Bibliografia

AFONSO, Luís Urbano (2016) - As sinagogas portuguesas e o tardo-gótico despojado. *O Fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte. 105-136.

BALESTEROS, Carmen (2004) - A Judiaria e a Sinagoga Medieval de Évora (1a Campanha de Escavação). *Os Judeus Sefarditas. Entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Évora: Edições Colibri, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEHUS: Universidade de Évora. 191–218.

BALESTEROS, Carmen (2013) - Arqueologia dos judeus peninsulares: os casos do Alentejo e Extremadra espanhola no contexto peninsular. *Judiarias, judeus e judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano. 165–82.

BALESTEROS, Carmen (2000) - Aspetos da Arqueologia Judaica: Testemunhos da vida e da morte em comunidades judaicas peninsulares. *Actas do 3o Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. VIII. 131-150.

BALESTEROS, Carmen Dolores Pirra (1997) - Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III – Novos elementos. *Ibn Maruán - Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº7*. 165–82.

BALESTEROS, Carmen, e Jorge Oliveira (1994) - A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide. *Ibn Marúan. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 4. 115-139.

BALESTEROS, Carmen Dolores Pirra, e Jorge Oliveira (1993) - Sinagoga de Valência de Alcântara – Cáceres (elementos para o seu estudo). *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 4. 115–39.

CASANOVAS MIRÓ, Jorge (1998) - Arqueologia Judia Medieval en la Peninsula Iberica. *Revista de Arqueología*, nº 61. 46–54.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) - Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação. *Portvgalia*, Nova Série, XXVI. 149–73.

FREITAS, Manuela (2015) - Sinagoga de Tomar / Museu Luso-Hebraico de Abraham Zacuto- Sinagoga de Tomar. *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=3384.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo (1998) - Arqueología de una minoría: la cultura material hispanojudía. *El Legado Material Hispanojudio*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla La Mancha. 265–93.

KRINSKY, Carol Herselle (1996) - *Synagogues of Europe: architecture, history, meaning. Dover ed. Dover books on architecture*. New York: Dover Publications.

LAPA, Maria Fernanda (1989) - A Sinagoga de Tomar -seu enquadramento na problemática da presença judaica em Tomar. *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 11/12. 37–54.

SCHWARZ, Samuel (1923) - *Inscrições Hebraicas em Portugal*. Separata da Revista "Arqueologia e História". Lisboa: Tip. do Comercio.

SCHWARZ, Samuel (1925) - *Os cristãos-novos em Portugal no século XX*. Separata da Revista "Arqueologia e História". Lisboa: Tip. do Comercio.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (2017) - "A Presença Judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita". *Una Sefarad Inventada?*. Barcelona: Herder. 221-284.

TRIGGER, Bruce C. (2008) - Culture-Historical Archaeology. *A History of Archaeological Thought*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 211–311.

TRINDADE, Luísa (2006) - Jewish Communities in Portuguese Late Medieval Cities: Space and Identity. *Religion, ritual and mythology: aspects of identity formation in Europe*. Pisa: Pisa University Press. 61-81.

WALDMAN, Shamam et al. (2022) - Genome-Wide Data from Medieval German Jews Show That the Ashkenazi Founder Event Pre-Dated the 14th Century. *Cell*, nº 185. 1–14.